

PLANO DE GOVERNO

2023-2026 | Para Defender e Transformar o Rio Grande

ONYX
Lorenzoni

**A ESCOLHA PELA TRANSFORMAÇÃO
DO RIO GRANDE**

**Proposta
de
Plano de Governo**

TRANSPARENTE

RESPONSÁVEL

EFICIENTE

**E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará.
JOÃO 8: 32**

GOVERNAR É FAZER ESCOLHAS, GOVERNAR BEM É FAZER AS ESCOLHAS CERTAS.

Queremos um governo diferente de tudo que fez com que o Rio Grande, nas últimas décadas, perdesse o seu lugar de protagonismo no cenário nacional. Um governo que esteja realmente à serviço do povo gaúcho, que coloque os interesses dos cidadãos acima de tudo, seja no acolhimento e proteção aos mais vulneráveis, com foco na ascensão social, seja tirando pedras do caminho de quem contribui decisivamente para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Um governo que respeite os princípios e valores do povo gaúcho, suas tradições. Um governo que trabalhe todos os dias tendo como farol a garantia do mais profundo valor que nos define, a liberdade.

Liberdade de ir e vir.

Liberdade de expressão e pensamento.

Liberdade de escolha.

Liberdade religiosa.

Liberdade econômica.

Para a construção do Rio Grande que sonhamos, é preciso, em primeiro lugar, ser transparente com a sociedade. A verdade é um bem negociável, indissociável de qualquer processo transformador. As consequências de manipular números, EM NOME DE PROJETO DE PODER, para confundir as pessoas e dar uma dimensão distorcida da realidade, traz consequências desastrosas. Temos um projeto para a transformação do Rio Grande, jamais um projeto de poder, pessoal ou de grupo. Escolhemos colocar as pessoas no centro de todas as decisões porque acreditamos que a política pode sim ser transformadora, melhorar a vida. Temos o exemplo do governo federal que, mesmo antes do período mais difícil da história recente – a pandemia da Covid19, já demonstrava que o rumo escolhido era acertado. Os resultados do Brasil em 2019 em eficiência no gasto público, atração de investimentos e melhoria de programas sociais com foco na ascensão social, são demonstrações claras que a escolha foi acertada. A recuperação pós pandemia, colocando o Brasil com os melhores resultados do continente e com grande destaque entre os países do G-20, ratificou o acerto. Também é preciso registrar que, mesmo com a política do “fecha-tudo”, cientificamente comprovada como ineficiente do ponto de vista sanitário, graças a todo o trabalho feito, o fim do desperdício, a simplificação e a desburocratização do ambiente de negócios, permitiu que todos os estados e municípios brasileiros pudessem colocar suas contas em dia. No Rio Grande do Sul, os repasses superaram em muito a perda de arrecadação com a paralisação da atividade econômica promovida pelo atual governo gaúcho. Foram escolhas, e certas.

O que oferecemos ao Rio Grande, é um governo que seja responsável no uso dos recursos públicos, sem renunciar à sua autonomia em relação à União. Eficiente, moderno, composto por pessoas reconhecidamente competentes e que tenham compromisso com o nosso estado. Um governo que reduza as históricas desigualdades regionais e amplie o horizonte de oportunidades em todo o território gaúcho. Um governo que invista nas pessoas, com cuidados desde a primeira infância, condições para o aprendizado das crianças, oportunidades para os jovens, para que cada gaúcho, cada gaúcha, tenha a liberdade de escolher o que quer para o seu futuro e correr atrás de seus sonhos. Nossa escolha é ficar ao lado das pessoas. Nosso objetivo é transformar nosso estado no melhor lugar do Brasil para se viver.

É o que o Rio Grande precisa, é o que os gaúchos merecem, ESCOLHAS CERTAS.

RESPEITO AOS VALORES E COMPROMISSOS

• **Liberdade individual e família:** As pessoas são livres para fazer suas escolhas e são responsáveis por elas. Entre as inúmeras escolhas dos gaúchos, a FAMÍLIA é a mais sagrada. A FAMÍLIA é o núcleo sobre o qual criamos e sustentamos nossa civilidade, crenças, valores e garantimos o futuro de nossos filhos. O Estado deve garantir as condições para o pleno exercício da liberdade.

• **Fraternidade:** Um Estado fraterno e humano, com menos desigualdade, é mais forte. Escolhas erradas ou tropeços fazem parte da vida, ajudar o próximo a se levantar nos afirma como humanos. Precisamos acolher os mais vulneráveis e dar oportunidades de maior inserção social e produtiva às pessoas com deficiência. Respeitar e proteger as pessoas idosas. Dar atenção às crianças, buscando garantir um futuro melhor para todos gaúchos. Só assim teremos um povo livre de VERDADE!

• **Direitos e Deveres:** PROPRIEDADE PRIVADA é um valor de sustentação de uma sociedade democrática e livre. Cabe ao Estado garantir esse direito fundamental. Essa é uma das principais razões de existência do Estado, embora em muitos momentos da nossa história não tenha sido respeitada no Rio Grande.

• **Defesa do Rio Grande:** Para governar os gaúchos é fundamental amar essa terra, seus costumes, valores e tradições. É preciso ter o Rio Grande e seu povo como primeiro objetivo. Ter orgulho de nossa história, das nossas raízes, do nosso hino e nossa bandeira. Nunca abriremos mão de nossa autonomia e da nossa liberdade nem colocaremos outros interesses acima do que for melhor para nosso Estado. Vamos colocar o Rio Grande no caminho da prosperidade ouvindo o povo e as instituições, tanto do poder público quanto da sociedade. O governo do Estado precisa ser o articulador, juntamente com os municípios, das principais iniciativas para destravar o desenvolvimento do Rio Grande. Para tanto, o governante precisa ter compromisso com o povo gaúcho acima de tudo.

• **Valorizar o patrimônio dos Gaúchos:** O governante deve tratar o dinheiro e o patrimônio público com imensa responsabilidade e zelo. A eficiência no gasto público é fundamental para prestarmos serviços de qualidade, sem desperdiçar recursos da sociedade. O Estado deve buscar reduzir ao máximo a necessidade de cobrança de tributos da população. O Estado deve ter o tamanho para garantir os direitos dos cidadãos e ser indutor do desenvolvimento, sem se transformar em um fim em si mesmo. Além disso, é fundamental zelar pelo patrimônio público, garantindo a manutenção adequada dos bens públicos, valorização das empresas públicas e controle das dívidas. A transparência da gestão é fundamental para o cumprimento desse compromisso. Todo cidadão terá acesso fácil às informações de forma ampla. Não deixaremos mais o patrimônio dos gaúchos ser tratado como se não tivesse dono.

GOVERNAR PARA AS PESSOAS

• **Organização de Estado:** O Estado precisa custar o menos possível para a população. Quanto menos tributos precisarmos arrecadar, mais competitiva será nossa economia. Porém, um estado enxuto não é sinônimo de um estado fraco, desorganizado e incapaz de prestar serviços de qualidade à população. Precisamos modernizar, reorganizar e recuperar a capacidade de gestão pública. Temos que eliminar estruturas desnecessárias e privilégios. Temos que valorizar e capacitar os servidores para cumprir com excelência suas atribuições, utilizando tecnologias que aproximem o Estado do cidadão.

• **Desburocratização:** Chega de carimbos, papelada e autorizações. A complexidade burocrática alimenta a corrupção e a ineficiência. Faremos um Governo que confiará no cidadão, simplificando e quebrando a lógica de desconfiar das pessoas corretas e trabalhadoras, tal qual tem feito o Governo do Presidente Jair Bolsonaro a nível nacional, com a edição da Lei de Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019), que garante o direito de desenvolver atividades econômicas, trabalhar, gerar reservas e investir sem muita interferência do Estado. Não continuaremos a tratar a exceção como regra, o que prejudica a maioria dos seguidores da lei.

• **Parcerias e Empresas Estatais:** Os serviços que são viáveis de serem prestados pela iniciativa privada, com fiscalização estatal, devem ser privatizados. Em muitas situações, a melhor alternativa para aumentar a eficiência e rapidez da execução dos serviços é por intermédio de PPPs. Em outros casos, seja por questões estratégicas ou legais, o Estado deve continuar fornecendo diretamente os serviços à população. Apenas após elaboração de estudos e concepção de projetos é que, de forma técnica e transparente, se decidirá qual o melhor modelo a ser adotado para a implementação da cada política.

• **Gestão por resultados e planejamento governamental:** Precisamos recuperar a capacidade de planejar do Estado. Chega de governo por improviso, de aparelhamento ou desmonte do Estado. A falta de planejamento faz com que os projetos estratégicos nunca saiam do papel ou quando eventualmente sejam realizados, demorem muito mais tempo e custem muito mais do que deveria. Vamos definir as prioridades e ter núcleos de elaboração e acompanhamento da implementação de projetos. Toda a gestão será guiada por metas, a partir de indicadores de desempenho objetivos e de controle de custos. Premiaremos aqueles que apresentarem bons resultados e agirem rápido para corrigir os rumos nas áreas onde o desempenho não estiver adequado.

GOVERNAR PARA AS PESSOAS

• **Integração com municípios e com a sociedade:** O Estado precisa estar em plena integração com os municípios, que são aqueles que estão mais próximos dos cidadãos e implementam grande partes das principais políticas públicas. O modelo de secretarias regionais, que funciona muito bem em estados como Santa Catarina, pode ser um modelo eficaz para viabilizar essa integração. Com políticas integradas teremos mais foco, melhores **resultados e menor custo**.

• **Transparência e integridade:** A transparência é um direito do cidadão e obrigação do Estado. Deve ser de fato um instrumento de prestação de contas à sociedade de como são aplicados seus recursos. Logo deve ser ampla, objetiva e clara. O uso de tecnologia da informação permite que qualquer cidadão, a partir de seu celular, acompanhe o gasto público e a qualidade, quantidade e custo dos serviços disponibilizados para a sociedade. A integridade consiste em um conjunto estruturado de medidas institucionais para a prevenção, detecção, punição e remediação de práticas de corrupção e fraude, de irregularidades e de outros desvios éticos e de conduta. Ambas serão priorizadas e características de nossa gestão. Não serão tolerados a corrupção nem outras formas de desvio de conduta na administração pública.

• **Transformação Digital:** O Brasil acaba de ser reconhecido pelo Banco Mundial como o sétimo país com Governo mais digital no mundo. O resultado foi medido no GovTech Maturity Index 2020, um ranking que avalia o estado atual da transformação digital do serviço público em 198 economias pelo mundo. Todavia, o Rio Grande ainda precisa avançar muito em termos de fornecimento de serviços digitais, bem como a utilização da tecnologia da informação para otimizar seus processos de trabalho, visando a prestação de serviços mais ágeis, com melhor qualidade, menor nível de erros e menor custo.

RESPONSABILIDADE FISCAL SEM ABRIR MÃO DA AUTONOMIA DA GESTÃO

Dívida do Rio Grande junto à União:

A recente renegociação da dívida do Estado junto à União, quando foram refinanciados cerca de R\$ 74 bilhões pelo prazo de 30 anos trouxe enormes prejuízos para o Rio Grande. Em 1998, com bilionárias dívidas de diversas unidades da federação, a solução encontrada foi a União assumir e refinaranciar diretamente. Os termos do acordo, no entanto, geraram um contrato impagável. Dois erros graves se materializaram, que foi um indexador, no caso o IGP-DI, sem correlação com a inflação real, e a cobrança de juros de 6% anuais, desproporcional à receita estadual para um estado que crescia pouco acima de 2% ao ano. Para uma espécie de "proteção" às finanças estaduais, foi definido um "teto" de 13% da receita líquida para o pagamento das prestações, sendo que o que o excedesse seria jogado em uma conta resíduo a ser paga após os 30 anos e refinanciada em mais 10. Hoje, essa conta resíduo representa próximo da metade da dívida renegociada.

Em 2016 a União alterou as condições desses financiamentos, trocando o indexador para o IPCA, bem como reduziu a taxa de juros de 6% para 4% anuais, em um claro reconhecimento das condições adversas. Porém, não retroagiu seus efeitos à origem do contrato, perpetuando esses prejuízos. Se as condições da lei de 2016 tivessem retroagido à data inicial do contrato, a dívida atual seria de aproximadamente a metade do que foi repactuado. Apenas a correção retroativa pelo IPCA implica em redução da dívida em R\$ 30 bilhões. Se considerarmos também a retroação da redução dos juros para 4% a redução total seria de cerca de R\$ 38 bilhões. Isto sem contar o efeito do anatocismo, que é a aplicação de juros sobre juros.

A renegociação firmada agora, com base no RRF, juntou um valor aceito sem contestações com as novas condições acordadas. Aceitou pagar juros de 4% anuais, caros para a realidade de crescimento do Estado. Além disso, como vai pagar apenas parcialmente as prestações nos primeiros nove anos, jogará mais dívida para o futuro. Para os R\$ 74 bilhões renegociados, em um cálculo simples, pagaremos ao final dos 30 anos perto de R\$ 168 bilhões, sendo que ao longo do período chegaremos a comprometer perto de 8% da receita corrente líquida.

Recuperação Fiscal:

Entendemos que o Rio Grande do Sul deveria ter aderido a outro programa da União, o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal (PEF), que não retira a autonomia Constitucional do Ente tomar importantes decisões para estimular o crescimento econômico, geração de empregos e prestação de serviços a população. O PEF exige o cumprimento de um plano controle de gastos e sustentabilidade fiscal de 3 anos de duração, limitado a um mandato.

O Regime de Recuperação Fiscal (RRF) é uma alternativa criada pela União para auxiliar estados em situação fiscal crítica, que não têm condições de cumprir suas obrigações mais básicas como pagar servidores e fornecedores. O RRF tem duração de 9 anos. Para se habilitar a ingressar do RRF, o Estado precisa implementar diversas medidas e fica vedado de realizar um grande conjunto de iniciativas, dentre elas a redução da carga tributária no Estado e a concessão de incentivo fiscal para atrair empresas e gerar empregos. Também impede a propositura de ação judicial para discutir a dívida ou o contrato de refinanciamento da dívida assinado no âmbito do RRF.

No RRF, o Estado entrega grande parte de sua autonomia de formulação e execução de políticas ao Conselho de Supervisão, que passa a ter poder de veto às iniciativas do Poder Executivo aprovadas pela Assembleia Legislativa.

Somos ferrenhos defensores da responsabilidade fiscal. Iremos cumprir o acordo assinado pelo governo atual. Todavia, as condições extremamente desfavoráveis poderão fazer com que, após auditoria da dívida, que claramente embute desequilíbrio contratual e condições impagáveis, mediante amplo diálogo com a sociedade gaúcha, sejamos obrigados a buscar alternativas para a preservação dos direitos e do patrimônio, ou seja, a construção de uma condição mais justa para os interesses do Estado.

PROMOÇÃO E PREVENÇÃO DE SAÚDE

O tema saúde no Brasil, é um dos mais sensíveis, ainda mais depois de 2020, quando vimos a maior pandemia dos últimos 100 anos. Com a COVID-19, vimos esse sistema ser testado ao máximo, dando resposta para a população brasileira, diferente de outros países, como: Itália, Reino Unido e Estados Unidos. Através do Governo Federal, foram abertos de leitos de terapia intensiva, leitos clínicos, tratando e salvando milhões de vidas dos brasileiros.

A Atenção Primária em Saúde – APS, é a porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS), absorvendo grande parte da demanda dos atendimentos à população. A maior necessidade é o acesso ao médico especialista, evitando assim, o encaminhamento aos hospitais. Usando a lógica do paciente certo no lugar certo.

Mais de 70% da assistência hospitalar do Estado é executada pelos Hospitais Filantrópicos e Santas Casas. Logo, não podem ser tratados como “Rede Suplementar”. São sim a Principal Rede Hospitalar do Estado. Essa Rede necessita ser articulada de forma técnica e hierarquizada. Estruturas Hospitalares necessitam ser organizadas de acordo com suas competências e complexidades, maximizando os resultados, evitando sobrecarga do sistema e reduzindo custos.

No nosso futuro Governo, iremos focar na prevenção. Temos uma população altamente idosa, necessitando de meios que possibilitem uma melhor condição de saúde. A prevenção tem por objetivo, a redução do risco de se adquirir ou desenvolver uma doença específica. Prevenir as doenças faz com que não tenhamos o alto custo dos tratamentos.

O IPE Saúde, que é responsável pela assistência em saúde de aproximadamente um milhão de gaúchos, passa por crise sem precedentes, devendo cerca de um bilhão de reais aos prestadores de serviços de saúde. Trata-se de triste exemplo do desmonte do setor público no governo atual. A ausência de gestão por profissionais especializados na área levou a criação de falhas na auditoria das contas que precisam ser sanadas. A ineficiência da gestão e ausência de medidas para garantir a sustentabilidade atuarial do plano levou a essa situação crítica. Atualmente, muitos prestadores, estão realizando o descredenciamento do IPE Saúde pelos recorrentes atrasos e acúmulos de dívidas. É necessário tomar medidas urgentes para recuperar a capacidade de gestão e sustentabilidade financeira do IPE Saúde.

ESCOLHEMOS CUIDAR DO FUTURO DO RIO GRANDE

Atenção à Primeira Infância:

A primeira infância é o período mais importante para o desenvolvimento linguístico de uma criança. É a etapa ideal para promover a aquisição de habilidades, conhecimentos e atitudes que facilitarão a aprendizagem da leitura e da escrita. Nessa aventura, a participação dos pais é fundamental. É preciso garantir a proteção integral à infância desde cedo para evitar problemas de saúde, nutrição e aprendizagem inadequada. Desenvolvimento cognitivo e intelectual sadios dependem do ambiente. É nos 6 primeiros anos de vida que se formam 90% das conexões cerebrais. Aos 3 anos, os cérebros das crianças são duas vezes e meia mais ativos do que os dos adultos.

No nosso governo vamos integrar as políticas de educação, saúde e assistência social voltadas para a primeira infância e implementar o Plano Estadual para a Primeira Infância, em parceria com os municípios. Por intermédio de visitas domiciliares implementaremos uma estratégia de prevenção, proteção e promoção do desenvolvimento infantil na primeira infância.

MAIS HABITAÇÃO

O Rio Grande do Sul tem um déficit habitacional de cerca de 220 mil moradias, sendo aproximadamente 65 mil em habitação precárias, 34 mil em coabitação e 121 mil em ônus excessivo com aluguel. O governo atual do Estado entregou apenas 10 mil unidades e estaria construindo outras 9 mil, o que, somado, representa menos de 10% do déficit.

O Estado precisa ser o indutor de soluções para viabilizar o acesso aos programas federais de habitação, os potencializando e complementando de acordo com as necessidades da nossa população, e criando um ambiente colaborativo, integrando os municípios e o setor de construção.

ATENÇÃO AOS VULNERÁVEIS

Cerca de 10,5% da população do Rio Grande do Sul vive em condições de extrema pobreza, de acordo com o Cadastro Único do Ministério da Cidadania. A situação é ainda mais preocupante em relação à população em situação de rua. O Governo Federal criou o Auxílio Brasil, que mais que dobrou o valor do benefício em relação ao Bolsa-Família, além de ampliar o número de famílias beneficiadas no Brasil em cerca de 3,4 milhões. O Auxílio Emergencial foi pago para mais de 68 milhões de pessoas no Brasil, sendo 2,8 milhões no nosso Estado. Esse benefício foi fundamental para garantir comida na mesa daquelas pessoas que perderam suas fontes de renda durante a pandemia.

Um Estado fraterno não deixa ninguém para trás. Precisamos dar a mão para aqueles mais vulneráveis. Cabe ao Estado assumir de fato o papel de coordenar a ação dos municípios por intermédio da rede de assistência social, que já está consolidada, mas precisa ser modernizada, ter melhores condições de trabalho, metas ousadas e acompanhamento integrado das políticas para sua efetivação, gerando cidadania e inserção social com qualidade.

Precisamos garantir o pleno exercício dos direitos das pessoas com deficiência no Rio Grande, especialmente no que diz respeito à simplificação do acesso aos direitos, à inclusão produtiva e à acessibilidade.

Vamos valorizar a experiência de vida e assegurar direitos sociais à pessoa idosa, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade e exercício do direito à saúde nos diversos níveis de atendimento do SUS, bem como de acesso aos serviços da assistência social.

O tema sobre dependência química é bastante sensível e nos últimos anos teve notável crescimento no número de pessoas que se encontram nessa situação, muitos chegando à situação de rua. O Estado deve tratar esse tema com prioridade e coordenar as ações realizadas pelas instituições da sociedade gaúcha, que hoje atuam de forma pulverizada e desconexa. As Comunidades Terapêuticas (CTs) têm exercido importante papel na sociedade. No entanto, estas mesmas Comunidades Terapêuticas trabalham com recursos limitados, o que poderia melhorar com um maior apoio do Estado do Rio Grande do Sul.

EDUCAÇÃO: TRILHAR NOVOS RUMOS E VOLTAR A SER REFERÊNCIA DE QUALIDADE

A educação é um dos principais desafios do nosso governo: o Estado do Rio Grande do Sul necessita de políticas educacionais eficazes e que oportunizem níveis maiores de conhecimento e melhores oportunidades. Pautar a educação com responsabilidade e valorizar todos os envolvidos nos processos de ensino e de aprendizagem é compromisso. A educação a ser desenvolvida no Estado é a que sinaliza o caminho da prosperidade e o acesso para o verdadeiro desenvolvimento da função social da escola, favorecendo a profissionalização por meio de formação técnica e tecnológica, respeitando o interesse dos estudantes e o arranjo produtivo local, voltada para resultados que expressem qualidade de vida e de coerência social para todos os gaúchos. É importante investir em ações com prazos definidos, resultados mensurados e incentivos como base para o desenvolvimento de um plano educacional de curto, médio e longo prazo, para fazer acontecer o futuro desejado na educação gaúcha como Política de Estado, verdadeira e forte. Nossos eixos norteadores são:

MELHORA DO IDEB – RS: assegurar o direito de aprendizagem dos estudantes

O RS tem como lição primeira assegurar o direito de aprendizagem dos estudantes e a melhoria de indicadores. Segundo dados divulgados pelo Ministério da Educação (MEC) em 2020, o RS foi um dos poucos Estados que não atingiu as metas projetadas. É urgente que se recupere o desempenho dos indicadores almejados na Educação Gaúcha para que se possa projetar o Estado para, novamente, ocupar lugar de destaque no cenário educacional nacional.

	Indicadores Atuais	Indicadores Esperados
Anos Iniciais (AI)	6	6,1
Anos Finais (AF)	4,5	5,6
Ensino Médio (EM)	4,2	5,3

ABANDONO ESCOLAR - RS: agir em favor da permanência do estudante na escola.

O abandono escolar exige a busca ativa e mecanismos de resgate que efetivem a permanência efetiva e com acompanhamento do aluno na escola. Os últimos dados do Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) apontaram que, no Ensino Fundamental (EF), o percentual de abandono é considerado o pior nos últimos dez anos. Em relação ao Ensino Médio (EM), este corresponde 10,7%, ocupando o quarto pior índice de evasão entre os estados brasileiros. Nos anos iniciais do EF, a cada 100 crianças, aproximadamente 12 estavam em atraso escolar de 2 anos ou mais. Nos anos finais, a cada 100 crianças, aproximadamente 34 estavam em atraso escolar de 2 anos ou mais. Diante da gravidade do quadro apresentado, é imperioso que ações imediatas sejam implementadas, no tocante ao quesito permanência do estudante nas escolas gaúchas.

ESCOLAS CÍVICO-MILITAR: não é militarizar a escola!

As Escolas Cívico-militares (ECIM) buscam a gestão de excelência na área educacional. Isso é demonstrado pela média de 6,4 das Escolas Tradentes no IDEB do ensino médio, contra 4,2 do conjunto das escolas estaduais. Os números do ENEM também comprovam qualidade superior de aprendizagem: as 7 unidades da Escola Tiradentes participantes ficaram entre as 8 escolas estaduais com melhor nota. As ECIMs enfatizam uma educação focada na ética, nos valores e no desenvolvimento da cidadania, didático-pedagógica e administrativa, a formação e o desenvolvimento global dos alunos, tendo como meta a melhoria dos indicadores educacionais. A proposta diversifica a gestão nas escolas (autonomia pedagógica) e se apresenta como possibilidade de livre escolha dos estudantes e das famílias.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: ampliar e qualificar com especial atenção para a profissionalização.

Precisamos garantir acesso a um ensino profissional de qualidade em um estado que precisa de jovens qualificados para ingressar no mundo de trabalho. As desigualdades regionais do nosso Estado podem ser reduzidas com a ampliação de oferta de qualificação profissional nas regiões menos desenvolvidas, que devem complementar e agregar na competitividade, potencializando o desenvolvimento social e econômico local e regional. É preciso avançar no adensamento das novas cadeias produtivas e na expansão de novas atividades econômicas, com destaque para a economia criativa, que articula conhecimento técnico, empreendedorismo e a criatividade com a diversidade cultural do nosso Estado.

EDUCAÇÃO ESPECIAL: perspectiva equitativa, inclusiva e ao longo da vida

A Educação Especial está fundada numa perspectiva da Educação Inclusiva, com acesso à educação para todos. Segundo dados do Censo Escolar de 2021, dentre os estados e o Distrito Federal, o RS ocupa o 20º lugar de alunos incluídos em termos de percentual de inclusão de alunos de educação especial na Educação Infantil; no Ensino Fundamental, o 22º lugar; e no Ensino Médio, a 26ª posição. É urgente a permanência e o êxito na aprendizagem de todos os estudantes, numa perspectiva de equidade e de inclusão plena, integrando escolas genuinamente acessíveis e movidas por valores éticos, em que as diferenças sejam vistas como oportunidades, de acordo com o desenho universal para a aprendizagem.

ESPORTE

O Esporte é muito importante na formação física e mental das nossas crianças e jovens, mas principalmente na formação moral, disciplina, competitividade sadia e cidadania. Mais esporte é mais saúde e valores civilizatórios. Portanto, o desenvolvimento do esporte na escola é fundamental. Para tanto precisamos de melhor infraestrutura esportiva nas escolas, associado à realização de atividades e competições esportivas e integração da escola com a comunidade por meio do esporte. Cerca de 50% das escolas gaúchas não tem quadra de esportes. Vamos criar o Programa "RS em Campo" que compreende a construção de arenas poliesportivas que permitirão a prática de esportes e a descoberta de novos talentos, além do convívio social.

PREPARANDO NOSSAS CRIANÇAS E JOVENS PARA O FUTURO

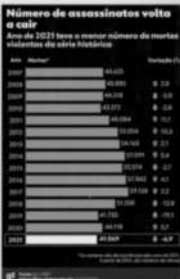
Um dos impactos diretos na qualidade da Educação é a formação de professores. Entre os 10 países mais bem colocados do último Pisa – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), 8 estão focados na implementação de políticas sistêmicas de formação e valorização dos profissionais da educação, porque os enxergam como fator-chave para assegurar o aprendizado. Criatividade, colaboração e a capacidade de resolver problemas são, hoje, competências tão importantes quanto aprender a ler, escrever e fazer contas. É por isso que acreditamos no desenvolvimento pleno de crianças e jovens para enfrentar os desafios do século 21.

MAIS SEGURANÇA PÚBLICA

A partir de 2019, com o Governo Bolsonaro e a implantação de ações pela União conectadas com a necessidade de segurança pública, alterando principalmente o tratamento dispensado aos policiais, obteve-se um declínio visível nos índices de criminalidade, revertendo a tendência de aumento preocupante da criminalidade em âmbito nacional e estadual, ocasionado por políticas públicas desastrosas no setor, com investimentos ineficientes e ineficazes, realizados por governantes desconectados da realidade em que vivemos, prejudicando, dessa forma, o desenvolvimento social e os investimentos econômicos.

Importantes programas foram implantados como o VIGIA - Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras e Divisas; o Programa Brasil MAIS, que prevê ações na área de segurança pública, por meio do acesso a imagens de satélite de alta resolução; o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social; e o CórTEX, sistema de vigilância e controle com base em tecnologia de inteligência artificial.

No ano de 2021, o país atingiu o menor número de mortes violentas de toda a série histórica, conforme publicação do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Nesse ano, foram 41.069 mortes violentas, 10.489 óbitos a menos na comparação com 2018, uma queda de 20,3%. Neste contexto, 21 estados da nação obtiveram redução, atingindo o menor número em 14 anos.



Esse resultado, rapidamente alcançado, também foi consequência da atuação integrada da União e dos Estados, indicando que as ações adotadas pelo Governo Federal não só contribuíram, como foram essenciais para o declínio de tais crimes no Rio Grande do Sul.

Todavia, a sensação de insegurança impera no Estado. Não há uma estratégia efetiva para aumentar a segurança nas regiões rurais do Rio Grande do Sul, onde as pessoas se sentem desamparadas, muitas vezes sem acesso a resposta policial.

O Estado tem sido ineficiente na aquisição de equipamentos e na melhoria da estrutura dos órgãos policiais. Prédios sem manutenção, obras paradas pela burocracia, dificuldades nos processos de aquisições e ausência de projetos inovadores, que prejudicam o trabalho dos policiais e restringem o acesso da população. Muitos ainda têm que percorrer grandes distâncias para ter suas demandas atendidas. E quando a polícia, mesmo com condições precárias, efetua prisões, se tornam visíveis outros problemas, como a falta de vagas nos presídios e o descaso com a estrutura da polícia penal.

No nosso governo a agenda da Segurança Pública será tratada como prioridade e com a atenção devida, servindo aos anseios da sociedade gaúcha, que sofre com as ações de grupos criminosos, sem as mínimas condições de autodefesa. É preciso mais valorização dos agentes de segurança, integração de sistemas, mais tecnologia, investimentos e equipamentos, ampliar o atendimento e o acesso de todos os gaúchos ao sistema de segurança pública e buscar novas formas de parcerias, junto à sociedade.

É preciso aumentar a integração entre todos os órgãos e sistemas de segurança do Estado, ampliando as ações, tal qual fez a União. Ademais, trabalharemos incansavelmente para implantar medidas eficazes no enfrentamento da criminalidade, mostrando que o bem deve vencer o mal em qualquer condição.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

No período de 2019 a 2021, o Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul cresceu, em média, por ano, apenas 0,77%. Foi cerca de metade do crescimento médio anual do período de 2002 a 2018, que já teve crescimento muito baixo, em apenas 1,42% anual. O Rio Grande vem crescendo menos que o Brasil há muito tempo, visto que o País cresceu em média 2,16% ao ano entre 2002 e 2021, mesmo tendo passado pela maior crise econômica da história entre 2014 e 2016.

O Rio Grande do Sul apresenta desafios importantes a serem enfrentadas, como a transição demográfica com envelhecimento da população, redução populacional futura em regiões estagnadas e aumento de desigualdades regionais geradas pelo empobrecimento das regiões sul e oeste, com o agravante da falta de crescimento da produtividade agregada da economia do Estado.

Uma das razões que justifica isso é a baixa competitividade. Considerando que o Rio Grande fica no extremo sul do Brasil, é preciso uma boa infraestrutura e logística para nossos produtos chegarem com preços competitivos nos principais mercados consumidores nacionais.

Segundo o ranking de competitividade dos estados em 2021, elaborado pelo Centro de Liderança Pública (CLP), das 27 unidades federativas avaliadas a partir de 86 indicadores, distribuídos em dez pilares temáticos considerados fundamentais para a promoção da competitividade e melhoria da gestão pública dos estados brasileiros, ficamos em último lugar na Região Sul, além de ficarmos abaixo também de São Paulo, Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Minas Gerais. Ou seja, praticamente todos os nossos concorrentes nacionais são mais competitivos.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO ESCOLHA: SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade é um princípio básico a ser buscado, de forma transversal, por todas as políticas públicas, bem como pelas atividades empresariais, com o objetivo que garantir o uso racional destes recursos naturais sem comprometer o meio ambiente preservando-os para as gerações futuras. O produtor brasileiro é o que mais preserva no mundo, portanto, em um estado com a força do agronegócio tão presente, vamos valorizar, incentivar, respeitar e ouvir quem produz, invertendo a lógica dominante nas últimas décadas.

O turismo ecológico também tem grande potencial a ser desenvolvido no nosso Estado, gerando renda e estimulando a preservação do meio ambiente. Também precisamos melhorar a gestão do Estado para garantir agilidade na concessão de licenças ambientais, por meio da digitalização de processos, desburocratização e aumento de produtividade.

GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

O Rio Grande tem uma ampla rede de atendimento no Sistema SINE que está subutilizada, desmotivada e sem metas e orientações estratégicas de ação. Assim como diversos setores da administração estadual, a área de trabalho tem passado por um triste desmonte, perdendo sua capacidade de induzir a geração de emprego e renda no Estado. Nos últimos anos, por falta de capacidade de elaboração de projetos, perdemos a possibilidade de obter importantes recursos federais para capacitação dos trabalhadores e para o funcionamento da rede SINE.

O Governo Federal criou diversos programas para aumentar a empregabilidade do trabalhador brasileiro. Durante a pandemia da Covid-19, o Programa Emergencial de Preservação do Emprego e Renda (Bem) preservou cerca de 10,5 milhões de empregos no Brasil, evitando uma enorme ampliação no número de desempregados, como ocorreu em outros países. Recentemente foi criado o serviço civil voluntário, que abre espaço para que prefeituras contratem jovens entre 18 e 29 anos e pessoas acima de 50 anos, em regime de meio turno, pagando uma bolsa que deve observar o valor do salário-mínimo hora e transporte, assegurando que o outro turno seja para a realização de curso de qualificação.

O Pronampe, criado em 2020 para ajudar micro e pequenos empresários a enfrentar as consequências da pandemia da Covid-19 na economia, em especial a queda de receita, garantiu acesso a crédito com juros entre os mais baixos da história, possibilitando os pequenos empresários manterem seus negócios e os empregos que eles proporcionam. O Crédito Brasil Empreendedor ampliou ainda mais o acesso ao crédito, além de zerar o Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF) para essas operações até o fim de 2023. O Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC) teve o mesmo papel para atender as empresas de porte médio e cooperativas.

O PRO - Programa Renda e Oportunidade implementa uma série de medidas para alavancar a retomada do emprego e da economia no país. O conjunto de ações deve gerar renda e aumentar o poder de compra dos brasileiros, especialmente entre os de menor renda. Mais de R\$ 150 bilhões devem ser injetados na economia do País.

O SIM Digital - Programa de Simplificação do Microcrédito Digital para Empreendedores deve beneficiar 4,5 milhões de empreendedores já em 2022. A ação vai incluir empreendedores populares sem histórico de apoio creditício no sistema financeiro, mediante programa aderente a sua realidade social, em condições favoráveis de acordo com a capacidade de pagamento. O SIM Digital vai propiciar a geração de trabalho e renda para essa parcela da população. Outro programa federal que pode auxiliar milhares de gaúchos a obterem renda é o acesso a microcrédito para estimular pequenos negócios formais, junto com orientação e capacitação profissional.

O sucesso desse conjunto de programas está comprovado por números muito robustos. De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), desde o início do Governo Bolsonaro até maio de 2022, foram gerados 4,27 milhões de empregos com carteira no Brasil. Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD) Contínua mensal do IBGE, o número de desempregados no País, no mesmo período, reduziu em 1,78 milhão. Todavia, o Rio Grande do Sul, de acordo com a PNAD contínua do 1º trimestre de 2022, na contramão, aumentou em 6 mil o número de desempregados em relação a dezembro de 2018, chegando a um total de 463 mil. Precisamos auxiliar essas pessoas a conseguirem uma ocupação.

Mesmo com todas as ações tomadas pelo Governo Bolsonaro, o Rio Grande do Sul ainda enfrenta, por conta das escolhas do atual governo gaúcho, tanto na pandemia, quanto no processo de recuperação, um nível de desemprego muito além do aceitável para os padrões históricos do Estado.

O cooperativismo está na tradição gaúcha. Precisamos incentivar o seu desenvolvimento como instrumento poderoso para garantir ocupação para pessoas mais vulneráveis.

O Governo do Estado tem a necessidade de inspirar a população para que desenvolva sua cultura de empreender. Através desta capacidade, as pessoas empreendedoras poderão contribuir para a geração de emprego, fomentando um sistema amplo de trabalho que fortalecerá a economia gaúcha, melhorando o consumo e as condições sociais das pessoas.

Não descansaremos enquanto milhares de famílias gaúchas estiverem sofrendo com a mazela do desemprego.

MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E ATRATIVIDADE PARA EMPRESAS

Conforme o índice liberdade econômica estadual do Centro de Liberdade Mackenzie, o RS é o 24º Estado mais livre do país. Apenas Piauí e Maranhão estão ligeiramente piores que nosso Estado. Esse indicador sintético avalia como as políticas dos estados e as suas conjunturas específicas foram capazes de apoiar a liberdade econômica - a capacidade dos indivíduos agirem na esfera econômica sem restrições indevidas.

É um índice que ajuda a avaliar as condições de se empreender nos diferentes estados brasileiros e o grau de interferência estatal.

É imperativo que, para tornar nossas empresas mais competitivas, seja feita uma grande revisão das normas e regulações de mercados, para que os incentivos corretos à criação de empresas, acumulação de ativos e inovação sejam estabelecidos, proporcionando maior criação de renda e inclusão social. Precisamos desenvolver amplo programa de desburocratização, revogação e simplificação de atos, tal qual foi feito no Governo Federal, para rapidamente retirar o Rio Grande dessa posição vergonhosa.

Um modelo econômico que valorize a liberdade econômica sustenta um capitalismo liberal, uma economia de mercado, no qual o cidadão é o maior e mais importante ator. O Estado deve criar um ambiente amigável de negócios e atacar constantemente o Custo RS para que possa manter e atrair empresas e gerar mais empregos e renda para os gaúchos.

O Governo Federal nos inspira com diversas medidas tomadas para melhoria do ambiente de negócios tais como: revisão das multas e punições baseados em critérios subjetivos e abstratos; presunção de boa-fé do particular nas relações com o Poder Público; documentos digitais com a mesma validade jurídica que os físicos; e aprovação automática na ausência de resposta da Administração Pública. A Lei de Ambiente de Negócios (Lei 14.195/2021) traz inúmeras inovações e reduz a burocracia em processos que afetam todo o ciclo de vida das empresas, promovendo a desburocratização, simplificação e segurança jurídica.

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

O aumento de produtividade é objetivo central para conseguirmos fazer o Rio Grande voltar a crescer. Para tanto é fundamental o investimento em inovação e tecnologia. Além de criar condições e induzir seu desenvolvimento, o Estado deve liderar o processo de orientação, capacitação e acesso a crédito. A Economia 4.0 representa uma oportunidade de inserção de novos agentes e maior crescimento econômico e progresso social para aqueles que rapidamente se prepararem para o novo cenário econômico.

Para que nosso Estado se beneficie desta evolução, garantindo uma maior taxa de crescimento econômico futuro, será necessário implantar medidas estruturais que possibilitem aumentos de competitividade, atraiam investimentos, expandam e reforcem os sistemas produtivos. Da mesma forma, será necessário apoiar novas parcerias e o surgimento de novos setores de atividade econômica por meio de ações que favoreçam inovação e organização do setor tecnológico em polos regionais.

Pretendemos estimular o estabelecimento de Startups - empresas em fase inicial que possuem proposta de negócio inovadora e com grande potencial de crescimento, que geralmente utilizam a tecnologia como base para suas operações. Também apoiaremos o desenvolvimento de parques tecnológicos e "hubs" de inovação. Esses ecossistemas tecnológicos e de inovação possibilitarão jovens pesquisadores e cientistas das universidades gaúchas serem estimulados a buscar parcerias com empresas privadas para transformar ideias em produtos. Isso gera riqueza, bem-estar e desenvolvimento para todos.

AGRICULTURA

Esta atividade tem grande importância para a economia gaúcha, pois dela derivam inúmeros segmentos da agroindústria e há também uma grande influência da atividade no setor de exportações. O cooperativismo é um importante elemento na organização produtiva agropecuária do RS. A comercialização próxima de 50% de grãos produzidos no Estado, principalmente milho, soja, arroz e trigo é realizada por cooperativas. Como ocorre há décadas, da agropecuária vieram os números positivos da economia do Rio Grande do Sul em 2021. Não fosse o grande crescimento do setor a situação da nossa economia estaria ainda mais difícil.

No entanto, há um enorme potencial a ser explorado e o governo estadual deve ser parceiro do setor. Iremos liderar a implementação de um conjunto de ações, por meio de orientação técnica, apoio ao crédito, investimentos e resolução de entraves burocráticos. No nosso governo, com a implantação de um conjunto integrado de medidas, incluindo a utilização de tecnologias já testadas, acesso a crédito e investimentos estratégicos, é possível ampliar consideravelmente a produtividade e dobrar a produção. Temos clima, água, luz, solo e o melhor agricultor do Brasil, com conhecimento para realizar esse objetivo via a intensificação sustentável do uso da terra nos 365 dias do ano.

Uma das iniciativas é o desenvolvimento de cultivares de cereais de inverno como trigo, triticale e cevada para ração, silagem e pasto. Os dados da Embrapa Trigo certificam o potencial produtivo da iniciativa. Atacaremos os problemas de competitividade na indústria de processamento, que agrega valor na transformação em ovos, leite, carne e outros, e que atualmente é obrigada a trazer milho da Região Centro-Oeste, com elevado custo. Outro setor que está em franco desenvolvimento no Rio Grande do Sul e que deve ser apoiado é o biodiesel, sistema de produção que possibilita a substituição de recursos fósseis e não renováveis.

Precisamos enfrentar o problema da compactação e adensamento do solo nas lavouras temporárias de produção de grãos, por intermédio de técnicas de manejo e conservação já testadas, visando a preservação e incremento do potencial produtivo. Temos que reduzir os efeitos da estiagem, promovendo maior estabilidade produtiva, com base no manejo adequado dos recursos naturais e com a criação de uma alternativa viável de um plano de irrigação. O apoio e orientação do Estado será fundamental para reduzir riscos e aumentar a produtividade.

INFRAESTRUTURA

A infraestrutura ainda é um dos maiores gargalos para o aumento da competitividade e, por consequência, do desenvolvimento da economia gaúcha. A função primordial do governo é garantir as condições necessárias para que a infraestrutura seja qualificada, eficiente e reduza os custos de transação em todos os serviços oferecidos à população. No entanto, o baixo investimento do Estado, a sua falta de capacidade de elaboração de projetos e de atração de parceiros para arranjos econômicos inovadores, associado ao vergonhoso índice liberdade econômica, fez com que ficássemos para trás em relação aos demais estados da Região Sul e de São Paulo.

No nosso Estado, as deficiências logísticas nacionais são potencializadas, na medida em que sua localização geográfica no extremo sul do país acaba por penalizá-lo ainda mais. Nesse sentido, a melhoria da competitividade da economia gaúcha dependerá sempre das vias de escoamento para o restante do país e para o exterior.

Ressalte-se que mais de 85% das cargas no Estado são movimentadas por via rodoviária, considerada a mais cara. Com estímulos incipientes na integração com os outros modais, aliada a má qualidade e conservação da malha, essa é a maior causa do crescente aumento do custo logístico no Estado. Vamos atuar junto ao Governo Federal para qualificar melhor as rodovias federais. Outra carência histórica do Estado é a inexistência de rodovias pavimentadas ligando a totalidade dos municípios, devendo compor intervenção prioritária.

Todos os modais de transporte existentes carecem de melhoria e de investimentos, bem como deve ser fundamental a utilização de modais alternativos onde o Estado possui vocações e não as utiliza adequadamente, como o hidroviário, bem como uma melhor integração com a rede ferroviária nacional. A maior parte dos investimentos em infraestrutura deve ser privado ou em Parcerias Público Privadas (PPPs). Porém cabe ao Estado formular projetos, destravar problemas legais, simplificar processos burocráticos e integrar os diversos atores públicos e parceiros envolvidos.

O Plano Estadual de Logística de Transportes – PELT-RS foi concluído em 2018, no governo Sartori. Ele faz ampla análise do sistema atual com caracterização da oferta de transportes e configuração de rede logística e de transportes. Propõe a realização de 114 obras: 15 para o modal ferroviário, 17 para o hidroviário, 10 para o aeroviário e 72 para o rodoviário. No entanto, até meados de 2022 muito pouco foi realizado pelo governo atual do Estado.

O Rio Grande do Sul tem duas bacias, do Atlântico Sul e do Uruguai, com enorme potencial hidroviário. A ligação das Lagoas dos Patos e Mirim é um projeto de enorme impacto. Trata-se de obra com custo relativamente baixo e que propiciará considerável movimentação de cargas e contêineres na importação e exportação de produtos pelo porto de Rio Grande.

Excetuando-se o emprego de dutos para cargas líquidas, o transporte hidroviário interior é o mais seguro, mais econômico e menos poluidor dentre os meios de transporte. No território do Rio Grande do Sul, 67 municípios apresentam potencial para implantar projetos voltados ao desenvolvimento regional para atividades industriais, logísticas e ou de turismo que irão se beneficiar do uso do transporte hidroviário interior e dos recursos naturais disponíveis.

Embora tenha enorme potencial, o Rio Grande do Sul não consegue gerar toda a energia que consome. É necessário esforço conjunto do Estado e da iniciativa privada para estimular o investimento neste setor. A energia eólica é a fonte mais promissora de geração para o Estado, que é o 2º maior polo do país, atrás apenas da região Nordeste. Nosso potencial eólico é praticamente do tamanho de toda a matriz energética brasileira. Também precisamos estimular a implantação de pequenas centrais hidrelétricas e usinas termoeletricas a partir do gás natural, bem como manter e ampliar exploração do carvão mineral, em face das novas tecnologias sustentáveis existentes. Outra medida importante é a implantação de sistema de energia solar para uso pelos órgãos públicos estaduais, distribuindo o excedente para a rede, reduzindo custos e gerando receita para investimentos.

DIVERSIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO TURISMO E CULTURA

O quadro atual das políticas estaduais de turismo é de grande desalento: secretaria sucateada e servidores desmotivados. Inexiste uma política pública para fortalecimento do turismo regional. Sequer a atualização do Plano Estadual de Turismo foi deixada como legado.

O Rio Grande tem uma tradição cultural riquíssima que é um orgulho para os gaúchos e brasileiros. Precisamos valorizar e estimular o desenvolvimento do setor cultural e da economia criativa, integrado com o turismo, gerando emprego e renda em ambas as áreas, pela sinergia entre elas. A área de audiovisual poderá ser um importante eixo de atividade econômica, com a criação de um polo de desenvolvimento de projetos no Estado.

Trata-se de políticas de grande relevância que estão sendo relegadas aos municípios e aos gestores privados, que sofrem com falta de infraestrutura turística e cultural no Estado, como rodovias e aeroportos dos destinos turísticos, capacitação de profissionais e investimento em pesquisas e desenvolvimento voltado para o turismo e a cultura.

A Região das Hortênsias é o segundo maior destino turístico do Brasil, tendendo em breve a se tornar líder. Temos várias outras regiões do Estado com enorme potencial turístico ainda pouco desenvolvido. No entanto, falhas e carências estruturais dificultam o desenvolvimento do turismo nessas outras regiões. Falta um plano estadual de comunicação para a promoção integrada dessas regiões turísticas.

A institucionalização de governanças nas Regiões Turísticas é o caminho para o desenvolvimento do setor, pois favorecerá a discussão integrada de todos os atores envolvidos no turismo: a comunidade, o setor público, a iniciativa privada e o terceiro setor. Vamos promover as rotas turísticas gaúchas no Brasil e no exterior.

PARA FINALIZAR

Ser responsável é não gastar mais do que arrecada, não contrair dívidas que não tenha certeza que poderá pagar, zelar pela boa aplicação de cada real arrecadado da população. É garantir o equilíbrio das contas públicas para as futuras gerações, não a qualquer custo e não apenas durante um mandato.

Ser eficiente é fornecer serviços públicos de qualidade com o melhor custo, ser moderno e utilizar as ferramentas e tecnologias mais avançadas para responder rapidamente às demandas da população, cumprir o papel do Estado, unir os gaúchos e conduzir à prosperidade.

A todos esses princípios e valores devemos agregar a fraternidade, o respeito ao próximo, a cidadania, a responsabilidade com os mais fracos e vulneráveis, o combate ao desperdício do dinheiro público.

Nossa escolha é trabalhar para as pessoas.

Nossa missão é servir aos gaúchos e transformar vidas!

